

UMA ABORDAGEM CRÍTICA ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA TUTELA JURÍDICA PARA PESSOAS VULNERÁVEIS EM UM CENÁRIO DE FRAGILIDADE DO NÚCLEO FAMILIAR

¹Clara Milena Rodrigues Pontes, ²João Igor da Silva Monte, ³Osvania Pinto Lima Teixeira.

¹Graduanda do Curso de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú - Sobral/CE, ²Graduando do Curso de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú - Sobral/CE, ³Professora Mestra do Curso de Direito da Universidade Vale do Acaraú - Sobral/CE.

RESUMO

A família é a responsável pelo desenvolvimento saudável de um indivíduo, contudo a instabilidade dessa entidade, ocasionada por fatores sociais e econômicos, fornece um campo fértil para o deterioramento dos laços afetivos entre os seus membros. Este contexto de fragilidade familiar impulsiona a atuação do Estado-Juiz para garantir uma estrutura adequada à criação do menor, assegurando a representação legal deste diante da perda do poder familiar do núcleo originário. O presente trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática sob a ótica dessa problemática, bem como o suporte teórico/crítico proporcionado pela jurisprudência e pela doutrina apresentados em pesquisas científicas específicas acerca desse tema, objetiva apresentar o impacto da Tutela Jurídica na promoção do resgate à proteção dos direitos do menor em situação de vulnerabilidade familiar, além de compreender a necessidade da intervenção do Estado nesses casos. Como uma das peças-chave para o estabelecimento do processo de socialização do indivíduo, o convívio familiar se torna fundamental na formação de cada pessoa frente aos comportamentos apropriados instituídos pela sociedade, criando o sentimento de pertencimento. Entretanto, é notório que nem sempre o seio familiar proporciona as condições fundamentais para um desenvolvimento saudável, algo que é bastante comum quando uma família não possui uma estrutura adequada para a criação dos filhos e nos casos de falecimento dos genitores. Nesse sentido, a tutela jurídica vem como uma medida de caráter imperativo realizada pelo Estado para os filhos menores e protegê-los ante a ausência do exercício do poder familiar pelos pais. O intuito do magistrado quando opta por esse instrumento em sentença judicial é salvaguardar a segurança e dignidade do menor, retirando-o de um ambiente onde os descumprimentos dos deveres por parte dos pais, a falta de laços afetivos e a ausência em caso de falecimento apresentam-se no convívio dessa família. Com base no que foi observado, fica evidente que a aplicação da Tutela Jurídica é uma ferramenta essencial no tratamento dos direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade familiar. Desta forma, destacam-se a magnitude da necessidade de se buscar entender como se estabelecem essas situações de conflito e como é fundamental que o Estado intervenha, pois é ele que detém a responsabilidade do que se configura como o melhor para a segurança jurídica dos interesses do menor.

Palavras-chave: Direitos do menor; Poder parental; Proteção.